

JOVENS INVESTIDORES NO BRASIL: Um estudo bibliográfico sobre as outras vertentes além da poupança tradicional

Bruna Soares de Souza¹, Matheus Romes Gonçalves Figueiredo¹, Patrícia de Oliveira^{2,5}; Ângela de Souza Brasil^{3,5}; Raquel Prediger Anjos^{4*}

¹ Graduando em Administração, Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ² Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Dom Bosco – UCDB; ³ Mestre em geografia com ênfase em planejamento e mobilidade urbana – UFMS; ⁴ Doutora em Desenvolvimento Local – UCDB, bolsista CAPES; Mestre em Ciências Contábeis – UFPR, endereço atual – docente da Universidade Federal da Grande Dourados; ⁵ Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/MS

* autor correspondente: raquelprediger@gmail.com

RESUMO

O presente artigo discorre sobre o projeto de extensão das Faculdades Integradas de Três Lagoas (AEMS), intitulado Jovens investidores no Brasil: outras vertentes além da poupança tradicional. Este projeto tem como objetivo apresentar a evolução do pensamento humano, bem como, o desenvolvimento e crescimento das mais variadas maneiras de investir qualquer capital, visando algum percentual de rentabilidade sobre este. Será visualizado, o que era comumente realizado pelos investidores no passado, como nossos avós e pais. Busca-se tornar visível a grande evolução nesse processo, tanto quanto, a necessidade e importância que se dá atualmente à assuntos voltados ao aspecto financeiro. Será abordado sobre temas e diversos conceitos ligados ao mundo dos investimentos, sobre a migração da poupança tradicional para investimentos com mais vulnerabilidade, e dos métodos de aquisição de conhecimento norteador para a tomada de decisões relacionadas ao investimento e aplicação de capital. Também será abordado o tema relacionado à mudança de mentalidade que vem se desenvolvendo em uma parcela da população sobre a educação financeira, onde busca-se educar principalmente, crianças e jovens, no que tange a possibilidade de ter uma vida adulta com qualidade e financeiramente saudável, que será alicerçada desde o início. Por fim, serão apresentados os resultados esperados com o desenvolvimento do projeto, assim como resultados já alcançados e as considerações finais.

PALAVRAS-CHAVE: investimentos; educação financeira; aplicação de capital; rentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta uma população de aproximadamente 211 milhões de habitantes (IBGE, 2018). Segundo Rambo (2014), desses, uma parcela da população apresenta grande disponibilidade de recursos financeiros, outra de média, baixa ou nula disponibilidade de recursos, onde muitos vivem à margem da pobreza, sem acesso a sequer saneamento básico e moradias dignas. Para os que conseguem pagar suas despesas e, de alguma forma, conseguem fazer com que sobre algum dinheiro no final de cada mês e pensem em poupá-lo, resta a dúvida de como gastar ou de como aplicar este

dinheiro para ter o melhor retorno possível (RAMBO, 2014).

De acordo com Bragança e Silveira (2011), jovens investidores investem maior proporção de seu capital em ativos arriscados em relação à média dos investidores. Isso ocorre pois eles possuem um fluxo de salários futuros mais extenso e menos capital investido, tendo assim anos para recuperar possíveis perdas e, logo, apresentam-se como detentores de um perfil de investidor com baixa aversão ao risco. Porém, entende-se que é extremamente necessário que os jovens pensem bem onde se devem investir. Um grande aliado nesse momento é o planejamento, que segundo CHIAVENATO

(2003), consiste na tomada antecipada das decisões sobre o que fazer, antes de a ação ser necessária. O planejamento visa prever e minimizar os inibidores dos resultados e maximizar os facilitadores no processo de tomada de decisão, pois permitem que o gestor tome decisões mais assertivas (ORLICKAS, 2010).

O investidor deve buscar instrução antes de tomar a rescisão de onde aplicar seu dinheiro. Segundo Pereira (2003), educação financeira é o processo de desenvolvimento da capacidade integral do ser humano para tomar decisões, torna-se autossustentável e viver bem física, emocional, intelectual, social e espiritualmente. Segundo Buzzi, Cavali e DeLillo (1997), há menor aversão ao risco por parte de jovens que possuem mais experiência com investimentos e segundo Grable e Lytton (1999), essa correlação se repete no que diz respeito a renda; quanto maior a renda do indivíduo, menos avesso ao risco ele é.

O presente artigo tem como objetivo principal demonstrar a existência do grande leque de investimentos que o mercado financeiro tem para ofertar além da poupança tradicional bem como demonstrar o perfil de investimento do brasileiro; expor alguns dos principais tipos de investimento e apresentar quais são as principais diferenças e características de cada investimento que pode ser seguida pelo jovem brasileiro.

O presente estudo foi conduzido visando identificar o que foi produzido pela comunidade científica a respeito do tema acima citado. Inicialmente foi realizado o levantamento dos artigos e estudos pertinentes ao tema tratado pela pesquisa, sendo que os mesmos foram buscados em websites, livros e bancas científicas, após este processo os estudos foram selecionados e analisados de modo a compor o presente artigo.

2 INVESTIMENTO

Segundo Lucy Ackert (2014),

aversão ao risco é a percepção de risco de uma pessoa em vista do ganho potencial de um investimento. Diversos fatores determinam o grau de aversão a risco de um investidor. Segundo Grable (1999), quanto maior o grau de conhecimento do investidor menos avesso ao risco ele é. Isso ocorre, pois, a sua percepção de risco está mais próxima do risco real do investimento e com isso eles se sentem mais seguros. Portanto, pode-se concluir que existe uma diferença entre o risco de um investimento e o risco percebido pelo investidor e esta é diminuída de acordo com o grau de informação do investidor (BARCHA, 2017).

De acordo com Rambo (2014) O perfil do investidor normalmente é dividido em conservador, moderado e arrojado, sendo o último algumas vezes dividido em arrojado e agressivo. Alguns autores diferenciam denominações ou acrescentam alguns perfis além desses. Entretanto, todos destacam que existem perfis mais dispostos a correr riscos, perfis que estariam mais ou menos dispostos ao risco, e os avessos a esse risco. De acordo com o Banco Santander (2020), o Perfil conservador é para quem quer proteger o dinheiro investido e tem baixa tolerância a riscos. O perfil moderado é para quem está disposto a correr riscos de eventuais perdas, buscando maior retorno no médio prazo. E o perfil arrojado é para quem aceita as oscilações de mercado e correr riscos mais elevados, buscando retornos maiores no longo prazo.

Zhou e Pham (2004) consideram que as análises de avaliação entre o risco e o retorno de certos investimentos podem ser fortemente influenciadas por fatores exógenos, como experiências culturais e normas sociais, e fatores endógenos (psicológicos). A propensão para assumir riscos pode estar vinculada à emoção e ao sentimento de poder ou de status.

Produtos de investimentos apresentam um número distinto de características em termos de complexidade, grau de

risco e visibilidade, o que pode afetar a percepção dos consumidores e influenciar a predisposição à compra em relação a estes produtos (HOFFMANN; BROEKHUIZEN, 2010). De acordo com Blackwell (2005), os valores pessoais representam as crenças e os padrões de comportamento aceitáveis por parte das pessoas. Para Veludo-de-Oliveira e Ikeda (2005), o conceito de valores pessoais corresponde aos estados finais desejados da existência e tem um papel dominante no direcionamento das escolhas, reforçando a relação entre o comportamento humano e as decisões de compra.

2.1 Evolução dos investimentos

De acordo com Lopes (2003), a história evidencia nas últimas décadas diversas mudanças estruturais que impactaram numa conseqüente alteração na utilização de instrumentos financeiros. Segundo Furtado (2005), a abertura dos mercados financeiros nos países centrais iniciou ao final da década de 50, com o objetivo de eliminar as restrições sobre os fluxos de capitais externos. Segundo Roberts (2000), os anos 1980 e 90 presenciaram o surgimento de um grande mercado financeiro global, que pode ser subdividido em: mercado cambial; empréstimos bancários internacionais; títulos de longo prazo; papéis de médio prazo - (euro) notas; negociação internacional de ações e derivativos. Os fluxos financeiros internacionais atingem atualmente escala e escopo sem precedentes e crescem incessantemente. De acordo com Schumpeter (1982), o mercado monetário como um todo é importante para o desenvolvimento econômico. Entretanto, quando se desenvolve a economia e o mercado monetário, surge o mercado de fontes de capital, que nada mais é do que o mercado de ações, títulos de dívida e bens de capital.

O processo de liberalização do mercado financeiro brasileiro ganhou força a partir dos anos 90 com a liberalização da conta capital e, posteriormente, com a

política de estabilização do Plano Real. O governo brasileiro passou a eliminar barreiras de controle ao capital externo, principalmente relativo à saída de capitais na forma de remessa de lucros, objetivando atrair mais especificamente o investimento direto externo. Entretanto, pode-se afirmar que esta política gerou alguns efeitos adversos na economia doméstica, dentre eles, a política de estabilização baseada em elevadas taxas de juros (DAMBRÓS, 2006).

No Brasil a criação da primeira bolsa de valores, a BOVERJ, foi precedida em 1876 pela negociação de títulos em pregão, sendo regulamentada em 1877. Este decreto regulamentava a Corporação de Corretores de Fundos Públicos e dispunha sobre as operações por eles realizadas em bolsa. Em 23 de agosto de 1890, Emilio Rangel Pestana funda a Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, que tem uma longa história de serviços prestados ao mercado de capitais e à economia brasileira. Até meados da década de 1960, a BOVESPA e as demais bolsas brasileiras eram entidades oficiais corporativas, vinculadas às secretarias de finanças dos governos estaduais e compostas por corretores nomeados pelo poder público. Até 1999, o mercado de capitais brasileiro era composto por nove bolsas de valores. A partir daí, foi unificado e passou a fazer negociações de forma integrada, centralizadas na BOVESPA, que se transformou no maior centro financeiro da América Latina (LANZARINI, 2011).

2.2 Tipos de Investimentos

Para Sulivân e Sheffrin (1998), os investimentos são *trade offs* que ocorrem ao longo do tempo: firmas e indivíduos incorrem em custos hoje na esperança de obter ganhos no futuro. Há diversos tipos de investimento, que podem ser divididos em dois tipos: investimentos em renda fixa, que são investimentos mais conservadores a princípio, em que o investidor tem ciência de quanto vai resgatar no final

da operação e investimentos em renda variável, que a princípio compreende investimentos mais arrojados e consequentemente de maior rentabilidade (COSTA, 2015).

Abaixo é possível verificar algumas das diversas formas de aplicação que podem ser optadas pelo investidor, de acordo a pesquisa realizada pela B3 (2018): a primeira opção é o Tesouro Direto. Esta é uma das modalidades mais presentes nas rodas de conversa, recomendada por seu nível de segurança. Além disso, o Tesouro Direto desperta curiosidade dos investidores menos experientes, já que é muito comentado em meios de comunicação: telejornais, programas de rádio e internet. Também é visto como um produto acessível e de entrada para o mundo dos investimentos.

Os títulos públicos são ativos de renda fixa, uma vez que prenunciam a constituição de renda futura ao seu proprietário, e por isso são considerados uma opção viável de investimento para a sociedade (PEREIRA, 2009). A finalidade dos títulos públicos é a captação de recursos para o financiamento da dívida pública e das atividades do Governo Federal, como educação, saúde e infraestrutura. Os títulos públicos para Pinheiro (2005) constituem um compromisso de pagamento dos recursos captados pelo governo na economia, em data e remuneração pré-determinadas.

Outra linha de opções são as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e as Letras de Crédito do Agronegócio LCA: Para alguns, o ápice dessas aplicações de Renda Fixa já passou – isso em razão da queda da Selic. Ainda assim, são consideradas bons produtos em termos de rentabilidade, sobretudo pela isenção do Imposto de Renda (informação que muitos investidores desconhecem). De acordo com Ativa (2020), as Letras de Crédito Imobiliário são títulos emitidos por instituições financeiras para angariar recursos ao setor imobiliário. Esses papéis de renda fixa são lastreados em créditos

imobiliários garantidos por hipotecas ou alienação fiduciária, obtidas no ato do financiamento de um imóvel. A Letra de Crédito do Agronegócio foi criada para financiar produtores rurais a comprarem máquinas e insumos que permitam melhorar sua produção e, consequentemente, seus lucros no setor. Assim como ocorre com a LCI, na LCA você empresta dinheiro a uma instituição financeira que, por sua vez, acaba o repassando a terceiros. A única diferença do ativo citado acima é que aqui as garantias serão outras, como gado, café, soja e assim por diante.

Concentrando a maior parte dos recursos dos investidores mais experientes, outra escolha para investimentos são as ações, estes fundos são vistos como investimentos de longo prazo. Seja para estes ou para jovens investidores, os fundos foram a porta de entrada para o mundo das aplicações, assim como o Tesouro Direto. Conforme Gitman (2001), uma ação representa a menor parte do capital social das companhias ou sociedades anônimas, é um título patrimonial, portanto concedem aos seus acionistas direitos e deveres de um sócio, no limite das ações possuídas. Há dois tipos de ações, ordinárias e preferenciais. Os verdadeiros proprietários da empresa são os acionistas ordinários porque eles possuem direito de voto e dividendos. O valor nominal de uma ação ordinária é um valor estabelecido no estatuto da empresa. Geralmente as empresas emitem ações sem valor nominal, o que faz com que a empresa possa determinar um valor ou registrar as ações nos livros ao preço que foram vendidas.

Os fundos de previdência também são considerados como fontes de investimentos. Como uma base estável e segura, o investimento em Previdência Privada é, geralmente, uma fonte procurada por aqueles que tem uma relação emocional com o produto, associando-o a uma segurança financeira para o futuro. Os investidores que se consideram contro-

lados e organizados, por sua vez, entendem que é mais rentável fazer aplicações em produtos conservadores, como fundos e Renda Fixa. Apesar de ser a segunda modalidade mais popular de investimento (na carteira de 18% dos entrevistados) e de muitos investidores iniciantes já terem ouvido falar dela, grande parte não sabe explicar o seu funcionamento. Já a previdência complementar engloba as ações dos interessados em poupar para fins de eventualidade e para a velhice, uma vez que a previdência social não permite o pagamento de benefício de igual valor ao da última remuneração do segurado, pois tal regime há a previsão do limite máximo para a percepção dos benefícios previdenciários (ARRUDA, 2004).

3 PERFIL DO INVESTIDOR BRASILEIRO

De acordo com pesquisa realizada pelo Animba (2019), foram entrevistadas 3,4 mil pessoas, dessas 58% declaram que não possuem nenhum investimento. Deste modo, a pesquisa demonstra que os principais motivos que encorajam o brasileiro a não investir são relacionados a falta de capital (63%). Ainda de acordo com a pesquisa, é possível observa-se que para 40% da população o hábito de poupar é inexistente. Segundo Kiyosaki e Lechter (2017), muitas pessoas sofrem com problemas financeiros, porque nunca estudaram temas relacionados a contabilidade e a investimentos, assuntos importantes para suas vidas.

De acordo com Almeida e Cunha (2017), o perfil desses investidores pode ser dividido em três perfis, (i) conservador (caracterizado pela busca por segurança, possui baixa tolerância ao risco, e assim, visa preservar seu patrimônio em investimentos sólidos (renda fixa) e em investimentos que permitam sacar seus recursos em um período curto de tempo); (ii) moderado (prioriza por segurança, mas está aberto a assumir alguns riscos em

busca de um retorno maior a médio prazo. Por não terem a necessidade de obterem liquidez diária, permite investir parte de seu patrimônio em renda variável e outra parte em renda fixa) e (iii) arrojado (trata-se de um perfil mais agressivo que está disposto a correr mais riscos).

Segundo Anbima (2019), a preferência nacional, a poupança é o principal destino das economias dos investidores brasileiros. O perfil predominante é daqueles com mais de 25 anos, maior escolaridade, renda superior a dois salários e pertencentes às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (39%). O Norte e o Nordeste têm uma participação muito tímida nos investimentos de forma geral, não apenas na poupança. Quando analisada exclusivamente a renda, 44% das pessoas que recebem mais de dez salários declaram guardar dinheiro na poupança. O percentual cai para 28% entre os entrevistados que ganham até dois salários-mínimos. Ainda segundo o mesmo autor, a pesquisa mostra que mais da metade dos brasileiros não conhece e não utiliza produtos de investimento. Em respostas espontâneas, ou seja, sem opções de escolha, apenas 45% da população disse conhecer um ou mais tipos de produtos, com destaque para a poupança, citada por 32%. Efetivamente, apenas 42% dos brasileiros tinham algum saldo aplicado em produtos de investimento. Dessas pessoas, apenas 9% investiram algo em 2017.

Já na pesquisa realizada pela B3 (2018), a análise das entrevistas revela que os investidores têm medo de colocar o dinheiro em produtos pouco (ou nada) conhecidos. Essa falta de familiaridade faz com que algumas modalidades de aplicação pareçam não oferecer a segurança esperada. Foi identificado também que as pessoas que mais investem – tanto em quantidade quanto em variedade de produtos – têm o hábito de aplicar periodicamente e o fazem há mais tempo. Ainda assim, grande parte desses

investidores regulares e de longa data tem a poupança como principal aplicação (mesmo entre quem diversifica, a maioria mantém parte do dinheiro na poupança). O vínculo do investidor brasileiro com a poupança é tão forte que somente 19% das pessoas que têm alguma aplicação não investem na poupança.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa bibliográfica demonstrou um breve histórico de evolução dos investimentos, além dos diferentes perfis dos investidores e alguns tipos de investimentos que podem ser assumidos além do investimento tradicional e mais conhecido pelos brasileiros que é a poupança. Desta forma, conclui-se com base nos trabalhos estudados, que o brasileiro tende a ser tímido quando consideramos os investimentos em outros modelos do mercado, além de que, uma grande parcela não conhece outras formas de aplicação além da poupança tradicional. Também é observado, que existe no mercado financeiro um grande leque de investimentos mais rentáveis que a poupança e qual é a tendência que cada perfil pode assumir ao considerar esses tipos de investimentos. Nesse sentido, conclui-se que os objetivos da pesquisa foram atingidos, apresentando uma revisão bibliográfica sobre um tema pouco conhecido pelos jovens brasileiros.

A pesquisa também pode ser encarada como uma forma de incentivo a população mais jovem, onde foi observado que existe uma carência sobre esse tema. Desta forma, uma alternativa para incentivar e ampliar o número de investidores no país, seria estimular a cultura de investimento desde a sua formação básica, com instrução, demonstrações e simulações que vão auxiliá-los na vida adulta. Sendo assim, difundido na população a cultura e os hábitos sobre os tipos de investimento, planejamentos de suas finanças pessoais e uma orientação estruturada, que deve ser voltada para uma

tomada de decisão estratégica.

REFERÊNCIAS

ACKERT, L. F. In: BAKER, H. Kent; RICCIARDI, VICTOR (eds.). *Investor Behavior: The Psychology of Financial Planning and Investing*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2014.

ALMEIDA, A. L. F.; CUNHA, D. P. A. *Estudo do mercado brasileiro de renda fixa e o perfil do investidor brasileiro*. Monografia (Bacharel em Engenharia de Produção), Escola Politécnica – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. *Relatório: Raio X do Investidor Brasileiro*. 2º edição, 2019.

ARRUDA, M. da G. C. *A previdência privada aberta como relação de consumo*. São Paulo: LTr, 2004.

ATIVA. *Guia completo: o que você precisa saber sobre renda fixa*. Disponível em: <<https://ativainvestimentos.com.br/>>. Acesso em 08/2020.

B3 – Brasil Bolça Balcão. *Ecosistema do Investidor Brasileiro*. 1º edição, 2018.

BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W.; ENGEL, J. F. *Comportamento do consumidor*. 9.ed. São Paulo: Thompson Learning, 2005.

BARCHA, P. *Oferta de Fundos Multimercado para jovens investidores: Uma análise do perfil dos jovens e proposição de carteira*. Rio de Janeiro, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BRAGANÇA, G.; SILVERA, M. A. *Determinantes da alocação de portfólio dos*

- investidores brasileiros: uma análise empírica com dados de fundos de investimentos. IPEA. ed, 2011.
- BUZZI, C.; CAVALLI, A.; DELILLO, A. R. G. VI indagine sulla condizione giovanile in Italia, Bologna, il Mulino. 2007.
- CARDOZO, T. T. Análise do perfil de investidores brasileiros. Conbrepro. Ponta grossa, 2019.
- COSTA, H. T. Tipos de investimento: os investimentos mais realizados. Trabalho de Conclusão de Curso MBA em Finanças e Controladoria, 2015.
- CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações/ Idalberto Chiavenato -7 ed. Ver e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CUNHA, M. V. Os periódicos em ciência da informação: uma análise bibliométrica. Ciência e Informação, Brasília, v.14, n.1, 1985.
- DAMBRÓS, N. G. G. A Evolução dos Mercados Financeiros Internacionais e os Ingressos de Capital para o Brasil: 1995-2005. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas, 2006.
- FURTADO, A. L. de M. Acordo da base: um estudo sobre as suas influências e implementação no sistema financeiro brasileiro. Florianópolis, UFSC, Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas, 2005.
- GITMAN, J. Lawrence. Princípios da Administração Financeira Essencial. Porto Alegre: Ed. Bookman. 2ª edição, 2001.
- GRAMBLE, J. E.; LYTTON, R. H. 1998. Investor risk tolerance: testing the efficacy of demographics as differentiating and classifying factors, financial counsellings and planning. J. Grable, R.H. Lytton / Financial Services Review 8 1999.
- HOFFMANN, A. O. I.; BROEKHUIZEN, T. L. J. Susceptibility to and impact of interpersonal influence in an investment context. Journal of the Academic Marketing Science, 2009.
- IBGE. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao>>. Acesso em 08/2020.
- KIYOSAKI, R. T.; LECHTER, S. L. Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. 84.ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.
- LANZARINI, J. J. S. A popularização do mercado de ações brasileiro: as mudanças recentes na bolsa de valores. São Paulo: ENEGEP, 2011.
- LOPES, A. B. Finanças Internacionais: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2003.
- MIGUEL, P. A. C. Estudo de caso na engenharia de produção: estruturação e recomendações para sua condução. Production, 2007.
- OLIVEIRA, T. M. V. de; IKEDA, A. A. Usos e limitações do método ladder. Revista de Administração, São Paulo, 2004.
- ORLICKAS, E. da. Modelos de gestão: das teorias da administração à gestão estratégica. São Paulo: IBPEX, 2010.
- PEREIRA, G. A energia do dinheiro: Como fazer dinheiro e desfrutar dele: Elsevier, 2003.
- PEREIRA, F. Títulos públicos sem segredos: guia para investimentos no Tesouro Direto. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- PINHEIRO, J. L. Mercado de capitais:

fundamentos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RAMBO, A. C. O perfil do investidor e melhores investimentos: da teoria à prática do mercado brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ROBERTS, R. Por dentro das finanças internacionais: guia prático dos mercados e instituições financeiras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SANTANDER. Perfil do investidor. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/investimentos-e-previdencia/fundos-de-investimento>>. Acesso em 08/2020.

SCHUMPETER, J. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Ed. Abril, coleção "Os Economistas", 1982.

SULLIVAN, A.; SHEFFRIN, S. Princípios de economia. Rio de Janeiro: Editora: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2000.

TASCA, J. E. et al. An approach for selecting a theoretical framework for the evaluation of training programs. *Journal of European Industrial Training*, v. 34, n. 7, p. 631- 655, 2010.

ZHOU, R.; PHAM, M. T. Promotion and prevention across mental accounts: When financial products dictate consumers' investment goals. *Journal of Consumer Research*, 2004.